



O PAPEL ESTRATÉGICO DE UMA ESCOLA INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

José Edvaldo Pereira Sales – Ministério Público do Estado do Pará

Grupo de Trabalho: GT 6 – Educação em e para os Direitos Humanos

RESUMO:

O Ministério Público (MP) é essencial para a justiça brasileira, defendendo a ordem jurídica e os direitos humanos, o que exige capacitação contínua de seus integrantes. No Pará, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF/MPPA), como escola institucional, atua na complexa Amazônia, marcada por conflitos e violações de direitos humanos, necessitando de uma formação pautada na Educação em Direitos Humanos (EDH). Este estudo analisa o papel estratégico do CEAF/MPPA na promoção da EDH. A pesquisa, qualitativa, exploratória e bibliográfica, utilizou análise documental de registros públicos (notícias, projetos, mídias sociais etc.) e fontes bibliográficas. Os dados foram classificados por tipo de iniciativa (Formação, Pesquisa, Extensão) e alinhamento temático com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2018) e temas amazônicos. Os resultados revelam uma atuação estratégica em três pilares: Fomento à Pesquisa Aplicada Regional, com a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA) e do Núcleo de Pesquisa em Questões Étnico-Raciais nas Amazônias paraenses (NUPER), ambos cadastro no Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa (DGP), vinculados à Diretoria de Pesquisa do CEAF, além de parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA); Formação em Temas Estruturais e Interseccionais, incluindo Direitos Socioambientais e Clima (Oficina COP 30), Memória e História (vídeo sobre escravidão no Pará) e Interseccionalidade e Inclusão (Cartilha LGBTQIA+); e Articulação Interinstitucional e Social, com o “Projeto Expresso DH” e o “Cine Guarani”, que promovem sensibilização e formação cidadã. O CEAF/MPPA é um catalisador fundamental da EDH, regionalizando diretrizes nacionais e internacionais para a realidade amazônica.

Palavras-chave: Ministério Público; Educação em Direitos Humanos; CEAF/MPPA; Amazônia.

1. INTRODUÇÃO

O Ministério Público (MP) é essencial à justiça brasileira, defendendo a ordem legal e os direitos fundamentais. Este mandato, sobretudo na aplicação dos direitos humanos, exige capacitação estratégica e contínua de seus



integrantes (membros, servidores, estagiários e colaboradores), uma demanda constitucional para progressão na carreira. No Pará, o CEAF/MPPA opera na complexa Amazônia Legal, marcada por intensos conflitos sociais/agrícolas e graves violações estruturais de direitos humanos, como a lenta regularização fundiária. A ação ministerial ali precisa ir além das habilidades técnicas; demanda profunda compreensão das dinâmicas sociais e ambientais locais, ancorada nos princípios da Educação em Direitos Humanos (EDH).

Este estudo analisa o papel estratégico do CEAF/MPPA na promoção da EDH e no cumprimento de seu mandato formativo para exigência de direitos. Os objetivos são: 1) Detalhar o arcabouço teórico e legal da EDH para profissionais de justiça, referenciando o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2018); 2) Mapear as iniciativas de direitos humanos do CEAF/MPPA via registros secundários; e 3) Avaliar sua contribuição estratégica para fortalecer o desempenho do MPPA na Amazônia. A tese central é que as escolas institucionais, como o CEAF/MPPA, catalisam a exigência de educação em direitos humanos. Elas transcendem o treinamento técnico, regionalizando diretrizes globais e nacionais (PNEDH, 2018). Isso equipa agentes públicos para enfrentar as vulnerabilidades estruturais e complexos conflitos sociais da Amazônia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Ministério Público (MP) atua constitucionalmente como guardião de direitos sociais e culturais, exigindo de seus agentes autorreflexão e evolução pautadas na dignidade humana. A formação ministerial deve ir além do legal, incorporando políticas públicas e articulação interinstitucional para a defesa eficaz dos direitos humanos. Escolas de governo (Coelho et al., 2020), como o CEAF (Nader; Sales, 2023), são cruciais na formação de servidores do Sistema de Justiça, orientadas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2018), que visa difundir essa cultura e capacitar profissionais. Essa formação, alinhada a diretrizes internacionais, impulsiona o CEAF a reestruturar o *ethos* profissional para uma abordagem de direitos humanos, vital para a complexa atuação na Amazônia. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ)



reconheceu essa necessidade com o “Pacto do Judiciário pelos Direitos Humanos”, promovendo ampla capacitação. Ao incluir este tema, o CEAF garante que seus membros atuem conforme as obrigações internacionais, tornando-se um catalisador essencial para a cultura de resolutividade do MP, pela educação, promovendo direitos humanos e democracia (Delors, 1998). No Pará, essa relevância estratégica se traduz na aplicação contextualizada de parâmetros internacionais de direitos humanos em conflitos agrários, com comunidades tradicionais e em direitos socioambientais, materializando as obrigações internacionais na prática ministerial.

3. METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica analisou atividades do CEAF/MPPA via análise documental e portfólios do CEAF, que resumem as atividades anuais da escola (períodos 2021-2024). Os dados (notícias, CNMP, mídias sociais etc.) foram classificados por tipo de iniciativa (Formação, Pesquisa, Extensão) e alinhamento temático com o PNEDH (2018) e temas amazônicos. O estudo confirmou a existência e relevância de atividades de direitos humanos, como o “Projeto Expresso DH” (MPPA, 2025), o GEDHA e o NUPER, dentre outras. A pesquisa bibliográfica concentrou-se na análise de fontes relevantes para o tema, permitindo a construção do arcabouço teórico e legal da Educação em Direitos Humanos (EDH) e do papel dos profissionais de justiça, com destaque para o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2018) como referencial. Esta etapa foi fundamental para compreender a exigência de diretrizes internacionais que orientam a capacitação de agentes públicos, especialmente em um cenário complexo como o da Amazônia.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

A análise dos portfólios do CEAF/MPPA, reconstruído a partir de registros públicos de 2021 a 2024, revela uma atuação estratégica robusta, estruturada em três pilares inter-relacionados: Fomento à Pesquisa Aplicada Regional, Formação em Temas Estruturais Interseccionais e Articulação Social.



4.1 Fomento à Pesquisa Aplicada e Desenvolvimento na Amazônia

O CEAF/MPPA demonstra um compromisso duradouro com a produção de conhecimento regionalizado. Um exemplo é a criação e o registro, em 2022, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos na Amazônia (GEDHA) no CNPq. O outro é o Núcleo de Pesquisa em Questões Étnico-Raciais nas Amazônias paraenses (NUPER), criado e registrado em 2025. Outra iniciativa é “Projeto Expresso DH” (MPPA, 2025), que abarca várias iniciativas objetivando a promoção da educação em direitos humanos no MPPA, uma delas foi um Termo de Cooperação com a UFPA para projetos e cursos de pós-graduação, incluindo uma especialização em direitos humanos, garantindo rigor acadêmico e metodologias colaborativas em questões complexas de direitos humanos na região.

4.2 Formação em Temas Estruturais e Interseccionais

A agenda formativa do CEAF/MPPA revela sensibilidade a questões de interseccionalidade e vulnerabilidades regionais. O foco inclui: Direitos Socioambientais e Clima, com uma Oficina sobre direitos humanos e COP 30 (MPPA, 2024), capacitando agentes para fiscalizar políticas públicas em cenários de crise climática; Memória e História, por meio de um vídeo sobre “Os Direitos Humanos e quatro décadas da escravidão no Pará” (MPPA, 2022), resgatando o histórico para compreender desigualdades; e Interseccionalidade e Inclusão, com a “Cartilha LGBTQIA+”, promovendo cidadania e combatendo a discriminação, em consonância com o PNEDH (2018). Essa atuação estratégica indica que o CEAF implementa um modelo regionalizado de educação, adaptando normas internacionais às ameaças específicas das populações amazônicas.

4.3 Articulação Interinstitucional e Social



A escola institucional utiliza a extensão universitária e a educação não-formal como importantes vias de promoção dos direitos humanos. O “Projeto Expresso DH”, coordenado pelo CEAF e pelo Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH/MPPA), foca na cooperação e articulação com entidades governamentais e não governamentais, buscando transformar a temática de direitos humanos em uma “cultura” e estimular a interlocução social para proposição de políticas públicas. Além disso, o projeto cultural “Cine Guarani”, em parceria com a Associação do Membros do Ministério Público do Estado do Pará (AMPEP, 2025), utiliza o cinema para sensibilização social sobre dignidade humana, justiça e diversidade. Essa iniciativa de Educação Não-Formal amplia o alcance do CEAF à sociedade civil, promovendo formação cidadã crítica e o debate sobre direitos fundamentais, essenciais à pedagogia da EDH.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo reiteram o papel central do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF/MPPA) como um catalisador estratégico na promoção da Educação em Direitos Humanos (EDH) no Sistema de Justiça da Amazônia. O objetivo de analisar essa atuação estratégica foi plenamente atingido, evidenciando como a instituição busca cumprir seu mandato formativo e sua exigência de direitos. Os resultados destacam uma atuação robusta e multifacetada, organizada em três pilares estratégicos: a) O Fomento à Pesquisa Aplicada Regional, através de iniciativas como o GEDHA e o NUPER, que produzem conhecimento crítico sobre a Amazônia; b) A Formação em Temas Estruturais e Interseccionais, abordando questões como direitos socioambientais (COP 30), memória histórica (escravidão no Pará) e inclusão (Cartilha LGBTQIA+); c) E a Articulação Interinstitucional e Social, com projetos como o “Expresso DH” e o “Cine Guarani”, que promovem sensibilização e formação cidadã. Essa abordagem demonstra um alinhamento claro com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2018) essencial para enfrentar as vulnerabilidades e os conflitos agrários e estruturais da região. A relevância do estudo reside em evidenciar como o CEAF/MPPA não



apenas capacita seus agentes, mas também contextualiza as diretrizes nacionais e internacionais à realidade amazônica, fortalecendo a ação ministerial e consolidando uma cultura de Direitos Humanos. Tal contribuição é prática, pois aprimora a atuação do MPPA contra violações e promove uma justiça mais eficaz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - 15 anos**. Brasília: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, 2018.

COELHO, Fernando de Souza; CARNEIRO, José Mario Brasiliense; BRITO, Eder dos Santos; CHEIB, Arthur (Org.). **Escolas de governo: formação e capacitação de agentes públicos**. 1. ed. São Paulo: Oficina Municipal: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2020.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Tradução José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez: UNESCO, 1998.

AMPEP. **AMPEP e CEAF iniciam projeto cultural de exibição de filmes com temáticas em direitos humanos**. Disponível em: <<https://www.ampep.org.br/noticias/ampep-e-ceaf-iniciam-projeto-cultural-deexibicao-de-filmes-com-tematicas-em-direitos-humanos/>>. Acesso em: 24 out. 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA). CEAF/CAO Direitos Humanos. **Projeto Expresso DH**. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/areas/atuacao/gedha/projeto-expresso-direitos-humanosexpresso-dh.htm>>. Acesso em 23 out.2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA). **MPPA promove dois dias de oficina sobre direitos humanos e a COP 30**. MPPA, 2024. Disponível em: <https://www.mppa.mp.br/agenda-de-eventos/oficina-direitos-humanos-e-a-cop-30-olhar-do-mppa-sobre-mercado-de-carbono-no-para.htm>>. Acesso em 22 out.2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (MPPA). Os Direitos Humanos e quatro décadas da escravidão no Pará (Vídeo). **MPPA**, 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CG2jcKfLr7I>>. Acesso em 20 out. 2025.

NADER, César Bechara; SALES, José Edvaldo Pereira. O Ministério Público no Estado Democrático de Direito e a Atuação dos CEAFs. **Revista Jurídica da Corregedoria Nacional do Ministério Público: Coletânea Especial de Fomento à Resolutividade: Atuação preventiva - Eficácia Social na Defesa dos Direitos Fundamentais**, Brasília, DF, v. IX, p. 278-293, 2023.